

clássicas

Editoras: Marcia Rangel Candido
e Verônica Toste Daflon

v.6, n.11, 2017 (IESP-UERJ)



ENSAIOS SOBRE A AMÉRICA LATINA

“As noivas de Satã”: misoginia e bruxaria no Brasil colonial

Por Carolina Rocha

O grito de independência das mulheres latino-americanas

Por Lília Macêdo

ENTREVISTAS

Bila Sorj

Socióloga e pioneira nos estudos de gênero no Brasil

Hebe Vessuri

Antropóloga e especialista em estudos sociais sobre a ciência na América Latina

RESENHAS E CRÍTICAS

“União Operária”, de Flora Tristán

Por Felipe da Silva Santos

“Calibã e a Bruxa”, de Silva Federici

Por Mariane Silva Reghim

AUTORAS CLÁSSICAS

Aleksandra Kollontai || Charlote Perkins Gilman || Clara Zetkin || Flora Tristán || Harriet Martineau || Harriet Taylor Mill || Mary Wollstonecraft || Nísia Floresta || Olympe de Gouges || Simone de Beauvoir || Sojourner Truth || Virgínia Woolf || e mais

TEXTOS POR

Anita Guerra || Lorena Marina dos Santos Miguel || Lolita Guerra || Luna Campos || Nicole Midori Korus || Teresa Soter || Vaneza de Azevedo

clássicas

editoras

Marcia Rangel Candido
Verônica Toste Daflon

assistente editorial

Mariane Silva Reghim

projeto gráfico

Ana Bolshaw

ilustração de capa

Sophia Pinheiro

autoras

Anita Guerra
Carolina Rocha Silva
Felipe da Silva Santos
Lília Maria Silva Macêdo
Lolita Guerra
Lorena Miguel
Luna Campos
Mariane Silva Reghim
Nicole Midori Korus
Teresa Soter Henriques
Vaneza de Azevedo

comitê editorial

Cadernos de Estudos Sociais e Políticos (IESP-UERJ)
Anna Carolin Venturini, IESP/UERJ
Felipe Munhoz de Albuquerque, IESP/
UERJ
Leonardo Nóbrega da Silva, IIESP/UERJ
Marcelo Borel, IESP/UERJ
Marcia Candido, IESP/UERJ
Marina Rute Pacheco, IESP/UERJ
Mariane Silva Reghim, IESP/UERJ
Natália Leão, IESP/UERJ
Raul Nunes de Oliveira, IESP/UERJ

Cadernos de Estudos Sociais e Políticos

Dossiê especial "Clássicas", v.6, n.11, 2017.

ISSN 2238-3425

Instituto de Estudos Sociais e Políticos
(IESP)

Universidade do Estado do Rio de
Janeiro (UERJ)

Rua da Matriz 82, Rio de Janeiro - RJ

Índice

apresentação

MARCIA RANGEL CANDIDO E VERÔNICA TOSTE DAFLON _____ 6

entrevistas

BILA SORJ: SOCIOLOGA E PIONEIRA DOS ESTUDOS DE GÊNERO
NO BRASIL
POR MARCIA RANGEL CANDIDO E VERÔNICA TOSTE DAFLON _____ 8

HEBE VESSURI: ANTROPÓLOGA E ESPECIALISTA EM ESTUDOS
SOCIAIS SOBRE A CIÊNCIA NA AMÉRICA LATINA
POR MARCIA RANGEL CANDIDO E VERÔNICA TOSTE DAFLON _____ 10

clássicas

HARRIET MARTINEAU: A CONTRIBUIÇÃO ESQUECIDA DA PRIMEIRA
SOCIOLOGA
LORENA MARINA DOS SANTOS MIGUEL _____ 16

ALGUMAS NOTAS DE PESQUISA SOBRE FLORA TRISTAN:
FEMINISMO, SOCIALISMO E VIAGENS
LUNA CAMPOS _____ 30

GÊNERO, RACIONALIDADE E ESCRITA EM "O PAPEL DE PAREDE
AMARELO", DE CHARLOTTE PERKINS GILMAN
TERESA SOTER _____ 40

UMA BRASILEIRA ILUSTRE: NÍSIA FLORESTA E A LUTA POR LIBERDADE
E DIREITOS
VANEZA DE AZEVEDO _____ 52

artigos e ensaios

O QUE É UMA MULHER? VERSÕES E CONTRAVERSÕES DO
ESSENCIALISMO FEMININO
ANITA GUERRA _____ 58

"AS NOIVAS DE SATÃ": MISOGINIA E BRUXARIA NO BRASIL COLONIAL
CAROLINA ROCHA _____ 68

O GRITO DE INDEPENDÊNCIA DAS MULHERES LATINOAMERICANAS
LÍLIA MACÊDO _____ 80

"MÃE!" (2017) E O MITO DA MULHER ETERNA
LOLITA GUERRA _____ 90

RETOMANDO O DEBATE IGUALDADE VS. DIFERENÇA A PARTIR DE
AUTORAS CLÁSSICAS: UM ARGUMENTO INTERMEDIÁRIO
NICOLE MIDORI KORUS _____ 110

resenhas e críticas

"UNIÃO OPERÁRIA", DE FLORA TRISTÁN
FELIPE DA SILVA SANTOS _____ 124

"CALIBÃ E A BRUXA: MULHERES, CORPO E ACUMULAÇÃO PRIMITIVA",
DE SILVIA FEDERICI
MARIANE SILVA REGHIM _____ 130

Apresentação

Em 1883, nas primeiras linhas de seu ensaio clássico “A mulher como inventora” (Woman as an inventor), Matilda Joslyn Gage chamou atenção para como era comum a alegação que as mulheres não possuíam atributos intelectuais criativos e que não eram capazes de realizar contribuições originais e úteis à vida social. Ciente de que essa afirmação era usada para justificar a invisibilização e o não reconhecimento do trabalho intelectual e criativo das mulheres, Gage a confrontou com extrema perspicácia: além de resgatar grandes feitos femininos em campos como a ciência, a tecnologia, a literatura, as artes, mostrando que nada na constituição biológica das mulheres as tornava inferiores aos homens, ela também descreveu os fatores estruturais que faziam das mulheres uma parcela minoritária entre os inventores, artistas, cientistas etc de prestígio.

Para tal, mencionou aspectos como a legislação social, a subordinação feminina dentro da família e do casamento, a dificuldade de acesso à educação, entre outros. Passado pouco mais de um século da publicação desse texto, a necessidade de recuperar as reflexões e invenções das mulheres ainda persiste. Na escola, pouco se fala de cientistas e pensadoras do gênero feminino. É comum que estudantes de grandes áreas das ciências humanas concluam suas graduações, mestrados e doutorados sem

serem apresentadas(os) a nenhuma autora clássica.

Esta revista é resultado de um esforço coletivo profundamente identificado com a indignação que moveu Gage em 1883: retomar o passado, contestar o presente e modificar o futuro. No primeiro semestre do ano de 2017, o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS-UFRJ) foi cenário de debates, apresentações e aprendizados na disciplina “Gênero na Teoria Social e Política Clássica”.

Nos debruçamos sobre o trabalho de autoras pouco estimadas em nossos círculos e a cada leitura nos surpreendemos com o seu pioneirismo, a engenhosidade das suas análises sobre conjunturas políticas e sociais, e sobretudo nos espantamos com a exclusão injustificável das suas contribuições do cânone da sociologia, filosofia, história, ciência política etc. Com o intuito de ir além dos limites das salas de aula e dar continuidade à difusão desses trabalhos, apresentamos nessas páginas artigos produzidos pelas(os) alunas(os) do curso, bem como colaborações de pesquisadoras convidadas. Esperamos que o contato com essas autoras clássicas provoque nas(os) leitoras(es) o mesmo prazer da descoberta e o deleite intelectual que tivemos ao estudar e

lecionar sobre elas. Agradecemos às muitas mãos que se uniram ao nosso esforço: as autoras e autores dos textos dessa coletânea, as entrevistadas, a artista Sophia Pinheiro, responsável pela ilustração que compõe a nossa capa e a designer Ana Bolshaw, idealizadora do projeto gráfico.

**Marcia Rangel Candido e
Verônica Toste Daflon**

O grito de independência das mulheres latino-americanas

Lília Maria Silva Macêdo

resumo

As interpretações historiográficas frequentemente ignoram a participação das mulheres nas lutas sociais e políticas. O objetivo deste ensaio é evidenciar o papel feminino nas lutas por independência na América Latina. Para tal, começamos com um breve panorama histórico dos processos conflituosos na região. Em seguida, relatamos casos de experiências de mulheres e suas contribuições às dinâmicas de insurgência. Por fim, discutimos como esses exemplos, fomentados por um olhar feminista sobre a história, enriquecem as visões sobre o passado e a construção de nossas memórias.

palavras-chave

Mulheres; revolução; América Latina; independência

Os processos que culminaram com a independência das colônias espanholas e portuguesas na América entre o final do século XVIII e início do século XIX foram decisivos em muitos aspectos. Ainda que as enormes desigualdades da estrutura social tenham sido mantidas (e, em alguns casos, até aprofundadas), inúmeras regiões deixaram de ser reconhecidas como colônias e finalmente começaram a se constituir como nações. Esses processos ocorreram ao menos em termos políticos formais, já que externamente essas nações ocupavam uma posição de dependência no sistema capitalista mundial enquanto uma nova forma de colonialismo se configurava internamente. Assim, iniciava-se outra etapa no longo processo de construção da ordem na América Latina, como chamam atenção Ansaldi e Giordano (2012), o que não deixa dúvidas quanto a relevância de tal momento histórico.

A luta pela conquista da independência gerou enormes convulsões sociais. Em muitos casos, irromperam em sangrentos conflitos armados e se prolongaram em guerras (com a notável exceção do Brasil nesse ponto). As dinâmicas econômicas (sobretudo no que diz respeito ao comércio), as instâncias jurídicas e políticas, as novas estruturas do Estado, as instituições religiosas e as forças militares sofreram alterações mais ou menos profundas, conforme ritmos variados, entre

permanências e transformações. O mesmo se deu na esfera cultural. De acordo com Leopoldo Zea (1964) o período de luta pela independência corresponde ao alvorecer do que se convencionou chamar posteriormente de pensamento social latino-americano, uma produção intelectual devotada a compreender e solucionar os dilemas próprios dessa realidade social.

As Reformas Bourbônicas implementadas pela coroa espanhola na tentativa de reestabelecer o controle sobre as colônias, que havia sido abalado devido às graves crises internas pelas quais a Espanha atravessava, acabaram produzindo um enorme descontentamento que impulsionou os movimentos pela emancipação. A isto se somaram, alerta Lynch (1991) uma série de tensões que já permeavam as relações entre a colônia e a metrópole desde longa data. Acrescenta-se ainda a influência das ideias iluministas e os exemplos da independência dos Estados Unidos em 1775 e da Revolução Francesa em 1789, o que situa tal processo como uma das Revoluções do Atlântico.

A deposição do rei Fernando VII do trono espanhol após a investida napoleônica aumentou a instabilidade política nas colônias e logo se formaram juntas de governo que reivindicavam maior autonomia política e administrativa. A partir de então o embate

entre o exército realista e o chamado exército libertador se estendeu durante anos com avanços e recuos, êxitos e fracassos para ambos os lados. Até que finalmente culminou com a vitória definitiva das forças patriotas. Destaca-se nesse aspecto o sucesso das campanhas militares coordenadas por Simón Bolívar ao norte e por José de San Martín ao Sul. Dois líderes que se converteram em verdadeiros ícones da independência na América Latina.

Considera-se que, apesar da mobilização de vários outros grupos sociais, foi uma fração da elite chamada de “criolla” (grupo composto pelos descendentes de espanhóis nascidos na América) que assumiu a liderança da luta. Muitos autores/as argumentam que o engajamento desse grupo se originou da contradição que marcava a sua condição social: os/as criollos/as desfrutavam de um enorme poder econômico, já que eram proprietários de terras e bens, mas estavam desprovidos de poder político no que diz respeito a participação nas principais instituições políticas coloniais. Não podiam ocupar cargos altos na burocracia administrativa ou comercial e também encontravam muitas limitações na carreira religiosa e militar.

Não é surpreendente que em muitas obras clássicas sobre o tema a atuação dos setores

populares seja alvo de pouca atenção ou seja tomada como meramente auxiliar à atuação de outros setores. Assim, ao fim e ao cabo, as interpretações historiográficas mais difundidas acabaram forjando uma narrativa sobre a independência que resulta limitada em muitos sentidos. Ela é geralmente retratada como uma luta em que os principais atores são os homens brancos das camadas sociais mais abastadas que foram influenciados pelas ideias iluministas e liberais europeias. Desconsidera-se em boa medida toda a tradição das lutas populares contra o domínio colonial que vinha se desenrolando desde o início da colonização pelos povos originários, pelos escravos africanos e afro-americanos e pela população empobrecida que habitava o campo e a cidade e que, nos momentos decisivos, engrossaram as fileiras do exército libertador, garantindo o triunfo da “revolução”.

Nesse sentido como propõe Gargallo (2010) cabe questionar por que se considera o ano de 1810 como o marco do início da luta emancipacionista - ano que foi usado como base para determinar a data das comemorações do bicentenário da independência - e não o levante dos indígenas na região do Peru e Alto Perú (atual Bolívia) ou a rebelião dos escravos que culminou com a libertação do Haiti na segunda metade do século XVIII. A escolha desta

data privilegia, portanto, os antecedentes criollos e oculta as outras vertentes e formas assumidas pelo movimento anticolonial. As iniciativas que impulsionavam a luta em um sentido mais radical, visando a transformação das estruturas sociais foram duramente reprimidas. Isso não significa, entretanto, que elas não devam ser analisadas. Como alerta Fernando Mires (1989), ainda que a independência tenha se mantido, por fim, nos limites de uma revolução política, esta tinha como função barrar ou prevenir uma revolução social.

Em meio a este grupo de excluídos da história é patente o apagamento das mulheres, que se entrecruza com a discriminação racial e socioeconômica. Note-se que os chamados “próceres da independência”, aqueles que são lembrados e celebrados como os heróis da pátria, são em geral homens, apesar de os estudos historiográficos recentes constatarem que o engajamento das mulheres no movimento independentista foi muito além de casos isolados ou excepcionais.

Com todas as adversidades, algumas dessas mulheres lograram preservar os seus nomes ainda que estes só sejam conhecidos por um público restrito - sobretudo estudiosos ou pesquisadores deste período histórico - e sejam frequentemente associados ao nome dos homens com quem estavam de

alguma forma relacionadas como mães, irmãs ou esposas. Ou seja, quando não foram completamente eliminadas dos relatos históricos, elas foram incluídas neles de maneira secundária e conforme uma série de estereótipos e enquadramentos sexistas. Note-se ainda que as poucas mulheres que obtiveram algum reconhecimento são em sua maioria brancas e oriundas das classes altas, o que revela novamente a importância do recorte étnico e socioeconômico na constituição desses olhares sobre a história.

Leona Vicario, por exemplo¹, é um dos nomes que alcançou certa visibilidade. Sem dúvida ela é uma referência importante quando se trata da independência Mexicana. Vicario colocou sua fortuna à disposição da revolução e atuou passando informações para os insurgentes. Acompanhava as tropas e reportava os acontecimentos da guerra em periódicos, desenvolvendo assim um trabalho pioneiro como jornalista. Foi presa e enfrentou situações adversas não só durante a guerra como também após ela, já que até o final de sua vida teve de lidar com diversas tentativas de rebaixar sua imagem publicamente em função de sua condição de gênero, defendendo-se obstinadamente dos ataques machistas dos quais era alvo.



Autor desconhecido, *Retrato de Leona Vicario*, século XIX. Óleo sobre tela.

1 Neste exemplo e nos seguintes nos baseamos nos relatos biográficos elaborados por Ana Belén García López (s/d).

Outro nome de relevo foi o de Manuela Sáenz. No Peru, ela participou das reuniões conspiratórias dos patriotas agindo em favor destes e colaborando para propagar as novas ideias. Foi posteriormente condecorada por San Martín junto a outras mulheres com o título de “Caballeras del Sol”, pelos esforços em prol da causa. Em seguida ingressou no exército libertador e atuou em várias batalhas como a Batalha de Junín e a Batalha de Ayacucho. Trabalhou incansavelmente pelos ideais da emancipação, mesmo após ter sido desterrada de duas das jovens nações que contribuiu para libertar. Apesar disso, Manuela costuma ser lembrada apenas (ou principalmente) como a amante do “grande libertador” Simón Bolívar.



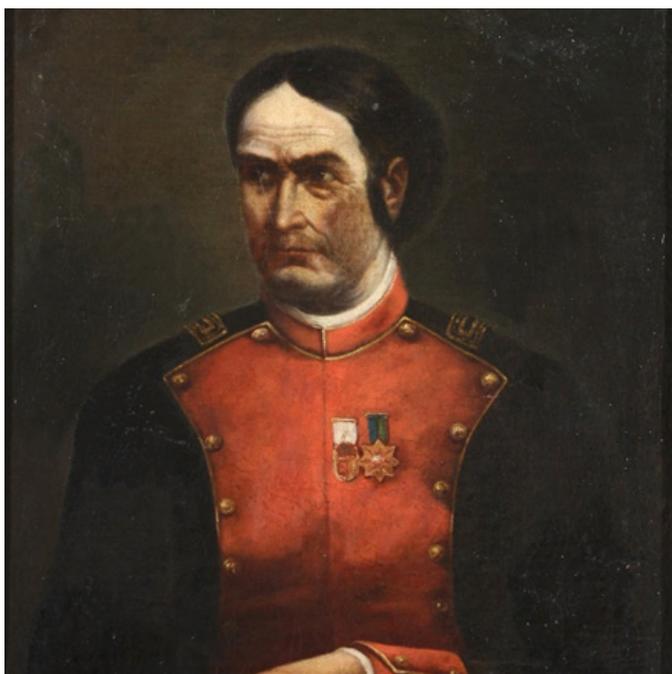
Pedro Durante, Retrato de Manuela Sáenz, 1825, Óleo sobre tela.

Já Policarpa Salavarrieta, conhecida como La Pola, teve um destino trágico que a converteu em uma mártir para os patriotas colombianos. Nascida em meio a uma camada social mais desfavorecida, ela trabalhava como costureira e por isso frequentava a casa de diversas famílias em Santa Fé de Bogotá. Por meio da rede de contatos que estabeleceu com as mulheres dessas casas ela obtinha e transmitia informações que favoreciam aos patriotas. Ao ser descoberta foi detida e fuzilada pelos realistas em 1817 e morreu conclamando o povo para unir-se à causa revolucionária.



José María Espinosa, *La Pola en capilla*. 1857, óleo sobre tela.

Mais ao sul nos deparamos com a história de outra aguerrida combatente: a mestiça Juana Azurduy que liderou ao lado de seu companheiro, Manuel Padilla, as guerrilhas contra os realistas na região do Alto Peru (atual Bolívia). Por sua atuação de destaque em diversos confrontos ela, assim como Manuela, galgou diversas posições militares até atingir a patente de Coronela. Em determinado ponto de inflexão das lutas a sua sorte mudou radicalmente (outra semelhança com Manuela) e ela passou os seus últimos anos de vida na pobreza, sem contar com o justo reconhecimento pelos inúmeros sacrifícios e trabalhos prestados à causa.



Quadro de Juana Azurduy localizado no Museu Histórico Nacional da Argentina.

O breve relato da trajetória de cada uma dessas mulheres já evidencia muitos aspectos do engajamento feminino e mostra que tal experiência política configura um fenômeno bem mais amplo e complexo. De fato, nas últimas décadas, historiadoras e historiadores têm alertado com maior eloquência para a participação expressiva das mulheres de distintos segmentos sociais na luta pela independência das colônias situadas no caribe e no subcontinente latino-americano. Essas incursões em batalhas assumiram diferentes formatos que tiveram impactos decisivos no processo independentista.

Diferente dos trabalhos historiográficos mais antigos, os estudos feministas contemporâneos (dentre os quais podemos citar Carosio, s/d; Ciriza, 2000; García López, 2011; Gargallo, 2010; González, 2010 e Londoño López, 2009) realizam uma investigação histórica mais abrangente, que procura preencher a ausência de olhares específicos sobre a experiência das mulheres no processo de conquista da independência. Nessas perspectivas, a vivência feminina é o foco prioritário de análise cujo desenvolvimento ressalta a importância política da participação das mulheres e reivindica o reconhecimento de suas contribuições na história latino-americana.

É difícil mensurar a presença das mulheres nesta luta em termos quantitativos. Porém, a julgar pelas múltiplas formas que ela adquiriu, é possível que tenha atingido proporções consideráveis. As mulheres foram agentes fundamentais, por exemplo, nas atividades de conspiração pois elas eram responsáveis por ativar os espaços de sociabilidade em que isto ocorria. Elas organizavam em suas casas as tertúlias nas quais se discutiam as questões políticas correntes, difundindo-se as ideias que formavam o ideário independentista. Desempenharam também o papel de espãs. Por não levantarem muitas suspeitas, elas podiam penetrar nos círculos realistas para tomar conhecimento de suas ações e planos. Associada a essa tarefa estava a de transmitir as informações obtidas para as forças patriotas. Elas podiam atuar diretamente como “correios” ou articular redes de comunicação para fazer com que a mensagem chegasse até o seu destino.

No campo da “propaganda ideológica” deram igualmente contribuições muito relevantes, atuando por exemplo nos jornais alinhados com a causa e fortalecendo com isso a imprensa alternativa. Elas também tomaram as ruas e organizaram protestos e manifestações, o que fazia ainda mais importante a sua presença no espaço público. Foi fundamental o apoio material (na forma de recursos e no emprego da força de

trabalho) oferecido pelas mulheres às forças militares independentistas. Além de doações em dinheiro, elas forneceram alimentos, roupas, abrigo e transporte para as tropas patriotas e eventualmente acolheram aqueles/as que sofriam perseguição política.

Além disso, não obstante a oposição de alguns generais, era bastante comum que as mulheres, na condição de esposas ou parentes dos soldados, acompanhassem as tropas em todas as campanhas da independência. Às vezes elas se adiantavam ao exército para a preparação dos acampamentos de guerra, nos quais providenciavam alimentos e acomodações e se mantinham nos arredores ou na retaguarda para socorrer os feridos e enterrar os mortos após os combates. Por outro lado, ainda que as tropas libertadoras tenham sido compostas majoritariamente por homens, algumas mulheres também foram combatentes, ocupando diferentes posições na hierarquia militar. Por fim, não podemos deixar de mencionar aquelas que se converteram em líderes políticas, ou seja, que detinham autoridade e poder para influenciar e mobilizar grupos sociais mais amplos.

A partir deste apanhado de distintas formas de engajamento político podemos perceber que enquanto algumas atividades estavam associadas aos papéis tradicionais de gênero, ou pelo menos não implicavam algum tipo

de ruptura do mesmo, outras representavam uma subversão mais radical destes. Se por um lado, algumas funções eram desvalorizadas (e além disso tomadas como auxiliares ou assessoria em relação as dos homens) por serem consideradas “atividades de mulher”, outras eram consideradas “inadequadas para a mulher”. Nesse último caso, ao serem postas em prática por elas, despertavam ódio e perseguição, tornando as mulheres alvo de ofensas e maus tratos.

Desse modo, como argumenta González (2010), ainda que o movimento independentista não estivesse comprometido com o combate à desigualdade e as opressões de gênero, no ser e agir dessas mulheres tais reivindicações estavam presentes de modo implícito, por assim dizer. Na medida em que elas se colocavam como sujeitos políticos, as suas ações já se delineavam como contestadoras de injustiças sociais. As mulheres afirmavam e reivindicavam constantemente o seu direito de participação na “revolução”. Ao fazerem isso, tinham muitas vezes que questionar, desmistificar e denunciar os preconceitos associados ao seu gênero. Essa luta interna ao movimento para que as mulheres fossem reconhecidas como atores políticos com legitimidade é, por exemplo, uma das possíveis vias para pensarmos no caráter feminista de tal experiência. É importante lembrar que os

ideais da ilustração também impulsionaram o debate a respeito da cidadania das mulheres, embora tal luta por direitos estivesse apenas começando e houvesse ainda um largo caminho a ser trilhado.

Com a fundação das novas Repúblicas as mulheres foram novamente afastadas do espaço público, impelidas a assumirem papéis tradicionais de gênero e recolhidas ao espaço doméstico ou religioso. O período excepcional das revoluções parece ter dado abertura às transgressões que, por sua vez, não perduraram como perspectiva possível após a restituição da ordem. Em resumo, as mulheres permaneceram desprovidas de direitos, aspecto ainda mais grave para as integrantes das classes populares (Carosio, s/d; Ciriza, 2000; García López, 2011; Gargallo, 2010; González, 2010 e Londoño López, 2009).

Entretanto, mesmo que profundamente desolador, esse quadro não pode ser tomado para invalidar a importância daquela experiência histórica. Como afirma Ciriza:

Se a revolução não deixou um saldo imediato de conquista de direitos para as mulheres, inaugurou um tempo em que a diferença sexual já não podia ser abertamente convocada, instalou o

espaço no qual podíamos, com avanços e retrocessos, colocar a questão dos nossos direitos (2013, p. 154, tradução da autora).

Assim, ao longo de todo o século XIX as mulheres seguiram lutando para serem reconhecidas como cidadãs com plenos direitos.

As considerações aqui apresentadas indicam apenas alguns dos contornos de uma questão muito mais profunda, e apontam para alguns dos dilemas e debates que a envolvem. É preciso seguir explorando esses caminhos e ir colhendo os rastros desses capítulos esquecidos, porém fundamentais, da história latino-americana, com a finalidade de desvelar o significado dessa experiência para as mulheres e para a sociedade de modo mais amplo. Mais do que um exercício de revisão do passado, acreditamos que a abordagem desse tema implica uma verdadeira reestruturação do olhar historiográfico e sociológico que questiona e rompe com o androcentrismo presente nas ciências humanas.

Lilia Maria Silva Macêdo é doutoranda em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ) sob orientação do professor Breno Bringel. Integrante do Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina (NETSAL).
contato: liliamaria.sm@gmail.com

Referências bibliográficas

- ANSALDI, Waldo; GIORDANO, Verónica. “América Latina. La construcción del orden. De la colonización a la disolución de la dominación oligárquica.”, 2012.
- CAROSIO, Alba. Las mujeres en el proceso independentista nuestroamericano. Disponível em <<http://www.rebellion.org/noticia.php?id=109320>>. Acesso em 20 de jun. 2017.
- CIRIZA, Alejandra. “La formación de la conciencia social y política de las mujeres en el siglo XIX latinoamericano: mujeres, política y revolución: Juana Azurduy y Manuela Sáenz.” ROIG, Arturo (Comp.). El pensamiento social y político iberoamericano del siglo XIX. Madrid: Trotta (2000): 143-168.
- GARCÍA LÓPEZ, A. B. Las heroínas calladas de la Independencia Hispanoamericana. Disponível em: <http://cvc.cervantes.es/literatura/mujer_independencias/garcia.htm>. Acesso em 20 de jun. 2017.
- GARCÍA LÓPEZ, Ana Belén. (2011). La participación de las mujeres en la independencia hispanoamericana a través de los medios de comunicación. *Historia y Comunicación Social*, Vol. 16, páginas 33-49.
- GARGALLO, Francesca. Las mujeres, sus ideas, sus escritos y sus actos en la independencia nuestroamericana, ponencia presentada en el Coloquio Políticas de la Alteridad, organizado por la Universidad Autónoma de la Ciudad – Plantel Del Valle, Ciudad de México, 22 de abril de 2010.
- GONZÁLEZ, Judith. Re-imaginando y re-interpretando a las mujeres en la independencia: historiografía colombiana y género. *Procesos Históricos*, núm. 17, enero-junio, 2010, pp. 2-18.
- LÓPEZ, Jenny Londoño. Nueve Mujeres del Primer Grito de Independencia Quiteña. Ponencia al encuentro Las Independencias: Un Enfoque Mundial. VII Congreso Ecuatoriano de Historia 2009. IV Congreso sudamericano de de Historia Bicentenario de la Revolución de Quito, 10 de Agosto de 1809. Quito, 27 al 31 de julio de 2009.
- LYNCH, John. Los orígenes de la independencia hispanoamericana. BETHELL, Leslie (ed.). *Historia de América Latina*, Tomo 5, La independencia. Editorial Crítica. Barcelona, 1991.
- MIRES, Fernando. La rebelión permanente: las revoluciones sociales en América Latina. Siglo XXI, 1989.
- ZEA, Leopoldo. Antología del pensamiento social y político de América Latina, Unión Panamericana, Washington, 1964.

AS EDITORAS:**Marcia Rangel Candido**

Doutoranda em Ciência Política no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (IESP-Uerj), pesquisadora associada do Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (GEMAA) e do Laboratório de Estudos de Mídia e Esfera Pública (LEMEP).

contato: marciarangelcandido@gmail.com

Veronica Toste Daflon

Doutora em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP-Uerj) e mestre em Sociologia pelo IUPERJ. É bolsista de pós-doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA, IFCS-UFRJ). Atua como pesquisadora associada do Núcleo de Estudos de Sexualidade e Gênero (NESEG, IFCS-UFRJ) e do Global Race Project

contato: veronicatoste@gmail.com

ASSISTENTE EDITORIAL:**Mariane Silva Reghim**

Doutoranda em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP-Uerj). É pesquisadora do Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina (NETSAL). contato: marianesreghim@gmail.com

ARTISTAS GRÁFICAS:**Ana Bolshaw**

Mestranda em Design na PUC-Rio, em que pesquisa identidade visual de cidades. É graduada em Comunicação Social com habilitação em Cinema na mesma instituição.

contato: anabolshaw@gmail.com

www.anabolshaw.com

Sophia Pinheiro

Mestre em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social na Universidade Federal de Goiás (PPGAS/UFG). É graduada em Artes Visuais e bacharel em Design Gráfico pela mesma universidade. Atua como pensadora visual, interessada nas poéticas e políticas visuais, gênero, processos de criação, na antropologia e/da arte, culturas e representações das imagens.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3686998218403865>

**sobre a capa:**

Para essa primeira publicação, o conceito da capa para Clássicas foi o de desabrochar uma semente, assim como o livro é.

Uma semente que vai germinar e florir para xs leitorxs e também para as futuras edições da coleção com mais mulheres teóricas.

Assim como nos ensina Cora Coralina: “eu sou aquela mulher que fez a escalada da montanha da vida, removendo pedras e plantando flores”.

As mulheres que estão aqui rompem as sementes. Que as ideias cresçam e floresçam nesse mundo cada vez mais temeroso.

acompanhe no youtube o **Sobre Elas** (www.youtube.com/sobreelas), dirigido por Emy Lobo, o canal veicula inúmeras entrevistas com mulheres, além de apresentar uma série de curtas com pesquisadoras sobre autoras clássicas.

